

TRÁFICO, CONTRABANDO E IMIGRAÇÃO IRREGULAR

Os novos contornos da imigração brasileira em Portugal

João Peixoto

Introdução

O tráfico de migrantes começou a ser sistematicamente estudado, a nível mundial, a partir do início dos anos 90. Nessa época tornou-se muito visível a tensão entre a pressão crescente para a emigração, por parte de muitos países de origem, e a restrição política à imigração, por parte de quase todos os países de chegada. Este facto, a par da melhoria dos meios de comunicação e informação, levou à organização crescente de intermediários, que aproveitaram esta conjugação de factores para explorar o negócio da imigração ilegal. Os principais fluxos migratórios relacionados com o tráfico envolveram, por um lado, formas mais ou menos sofisticadas de “contrabando” (*smuggling*) de imigrantes económicos, isto é, o auxílio organizado à imigração ilegal, e, por outro lado, o tráfico de mulheres e crianças destinadas a exploração sexual. Os pontos de contacto entre as várias realidades do tráfico sempre foram numerosos, existindo porém a noção que os graus de exploração, engano e violência são muito variáveis.¹

Portugal despertou para este tipo de realidades a partir do final dos anos 90. Nessa altura, o volume da imigração acelerou bruscamente, passando a ser muito visível o papel das redes organizadas de auxílio à imigração ilegal. Numa primeira fase, o aumento da imigração ilegal disse sobretudo respeito a imigrantes provenientes da Europa de Leste. A quase ausência de laços prévios entre estes e a sociedade portuguesa tornou-os dependentes da actuação de redes organizadas. Logo a seguir, a imigração proveniente do Brasil veio também a basear-se cada vez mais em redes daquele tipo. Apesar das múltiplas ligações entre a sociedade portuguesa e a brasileira, parte significativa das mais recentes vagas de imigrantes brasileiros carecia de suportes informais em Portugal. Também a partir de finais dos anos 90 se tornou muito visível a presença de mulheres estrangeiras ligadas ao negócio do sexo. Neste caso, a maior parte das imigrantes era de origem brasileira.

Neste texto serão discutidos, em primeiro lugar, alguns vectores de enquadramento teórico, em particular alguns elementos conceptuais sobre “tráfico” e “contrabando” de pessoas. Em segundo lugar, serão apresentados alguns dados sobre a imigração recente do Brasil para Portugal, que indicam o seu aumento rápido a partir do final dos anos 90. Em terceiro lugar, serão descritos alguns elementos

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada no I Seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal, organizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna, Portugal, com a colaboração do Ministério da Justiça, Brasil, que teve lugar em Cascais de 22 a 24 de Maio de 2006. Agradeço aos participantes nesse evento os comentários ao texto. Os erros e insuficiências são de minha inteira responsabilidade.

sobre o papel das redes organizadas de “contrabando” de migrantes, vocacionadas para o auxílio à entrada de brasileiros a partir de finais dos anos 90. Em quarto lugar, serão revistos alguns elementos sobre a actuação das redes de tráfico de mulheres do Brasil para Portugal, para fins de exploração sexual. As duas últimas secções resultam, na sua maioria, de um projecto de investigação sobre o tráfico de migrantes desenvolvido em 2004 (Peixoto e outros, 2005).²

Tráfico e contrabando de migrantes. Questões conceptuais

Parte importante do debate científico em torno das questões do tráfico de migrantes tem rondado problemas conceptuais. A percepção generalizada indica que, sob uma designação muitas vezes comum, se encontram tipos muito diversos de movimentos. Estes variam em torno do grau de exploração económica, níveis de engano e violência, grau de consentimento por parte dos indivíduos, propósito da deslocação e tipo de migrantes envolvidos (homens, mulheres ou crianças). A distinção mais importante, na bibliografia internacional, é aquela que separa o *trafficking* do *smuggling*. Tal significa a diferenciação entre “tráfico” e, literalmente, “contrabando” de migrantes. Pelo primeiro termo são nomeados os fenómenos mais graves nesta área, incluindo violência, fraude e exploração, enquanto o segundo se confunde com a introdução clandestina de imigrantes ou, noutros termos, o apoio prestado a indivíduos que acedem de forma irregular a um país (sobre o tema, cf. Salt, 2000; Aronowitz, 2001; Kyle e Koslowski, 2001). Do ponto de vista terminológico, tendo em conta que o *smuggling* se refere apenas ao auxílio na transposição das fronteiras e não ao apoio prestado à permanência ilegal num país, pensamos que o termo “contrabando de migrantes” é de uso mais rigoroso do que o mais amplo “auxílio à imigração ilegal”, que abarca tanto a entrada como a permanência irregulares.

A diferenciação teórica entre os fenómenos tem vindo a ser consagrada em alguns documentos oficiais sobre o assunto. Os conceitos mais claros são aqueles que foram expressos em 2000, em protocolos subscritos no âmbito das Nações Unidas.³ Assim, para a ONU, o tráfico deve ser entendido como “o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, rapto, fraude, engano, abuso de

2 Trata-se do projecto de investigação O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas (Projecto IME/SOC/49841/2003), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), que decorreu durante o ano de 2004. Os resultados completos do projecto podem ser encontrados em Peixoto e outros (2005).

3 Trata-se de dois protocolos à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional: o Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (*Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*) e o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (*Protocol Against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air*).

autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração". A ONU acrescenta, ainda, que a "exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos". Por seu lado, o *smuggling* deve ser entendido como o "facilitar da entrada ilegal de uma pessoa num Estado do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente com o objectivo de obter, directa ou indirectamente, um benefício financeiro ou outro benefício material". Em termos jurídicos, o tráfico pode ser considerado um crime contra a pessoa, enquanto o *smuggling* é um crime contra os Estados.

Em geral, podemos admitir que as principais variáveis que fazem diferir a migração "normal" de trabalho, por um lado, de formas de tráfico e "contrabando" de migrantes (*smuggling*), por outro, é a presença de um agente externo (traficante ou contrabandista — *smuggler*), que funciona como intermediário, e o estatuto irregular dos movimentos. Neste aspecto, sabe-se que a intermediação dos fluxos migratórios é hoje uma área de interesse económico crescente, devido à oferta e procura alargada de migrantes, em todo o mundo, e à possibilidade de colocar em contacto os diferentes interesses em jogo. Na expressão de Salt e Stein (1997), a migração é cada vez mais um "negócio", e o tráfico/"contrabando" são a face ilegal desse negócio. Alguma intermediação organizada dos fluxos sempre existiu, sobretudo nas épocas de migrações maciças de população, como sucedeu durante as migrações transoceânicas de final do século XIX e princípio do século XX. Mas o alargamento planetário dos fluxos, a melhoria dos meios de comunicação, a maior elaboração das políticas e as crescentes barreiras à entrada colocadas pelos países receptores têm levado a florescer diversos tipos de intermediação. O certo é que os simples contactos informais, através de redes de familiares, amigos e conterrâneos, têm um papel cada vez mais limitado para disseminar e potenciar migrações.

Noutro plano, pode ser aceite que as principais variáveis que separam o tráfico do "contrabando" de migrantes são a presença de formas de exploração, coacção, violência e fraude — ou, mais em geral, o abuso dos direitos humanos. Um problema importante resulta, porém, do facto de a clareza que existe no plano conceptual não se aplicar à realidade. A observação de casos concretos de tráfico e contrabando de pessoas demonstra as inúmeras áreas de indeterminação existentes. Por exemplo, movimentos que começam como simples "contrabando" (auxílio na passagem de fronteira) podem vir a envolver graus elevados de exploração económica ou, mesmo, abuso e violência física. Noutro plano, movimentos mais severos de "tráfico", como aqueles que envolvem o acesso ao negócio do sexo num outro país, podem conhecer graus significativos de aceitação por parte das vítimas, devido à ausência de canais de mobilidade social no país de origem e ao interesse na maximização de rendimentos no curto prazo. Em síntese, e como tem sido expresso por numerosos autores, existe um grande *continuum* de situações entre o tráfico de pessoas, em sentido estrito, e o "contrabando" de migrantes ou auxílio à imigração ilegal (Salt, 2000, entre outros).

Os movimentos populacionais aos quais se costumam aplicar estes conceitos são diversos. Eles incluem migrações económicas de trabalho, fluxos de mulheres destinados a exploração sexual e tráfico de crianças. A variedade dos movimentos reflecte os desafios teóricos enunciados. Em certa medida, alguns destes fluxos confundem-se com outros e sobrepõem-se entre si. O tráfico e o “contrabando” de migrantes económicos confundem-se, muitas vezes, com a migração “normal” de trabalho. Uma das suas causas principais é a dificuldade de acesso a canais regulares de migração e o recurso a um intermediário externo (traficante ou *smuggler*). O tráfico de mulheres, por seu lado, pode resultar tanto de um interesse imediato de exploração sexual como de uma vontade de migração económica por parte de numerosas mulheres. O facto de serem escassas outras oportunidades de migração e de o negócio do sexo constituir um “nicho” atractivo para estrangeiros em situação irregular (a prostituição é habitualmente uma forma não regulada e informal de actividade económica) pode estar na base de muitos fluxos. Apenas o tráfico de crianças apresenta maior especificidade: quer se destine ou não a formas de exploração sexual, a dificuldade das crianças em desenvolverem uma vontade e motivação próprias torna singular este fluxo.

Pode ser argumentado que uma das questões mais centrais e mais complexas neste campo é a avaliação do grau de vitimização ou, noutros termos, o problema do consentimento (Aronowitz, 2001; Kyle e Koslowski, 2001; Anderson e Davidson, 2003). Deve ser admitido que existe um contraste entre, por um lado, a livre escolha da migração e, pelo contrário, o condicionamento da vontade. Em termos práticos, é difícil avaliar qual o grau de vontade própria ou de controlo do próprio destino por parte dos migrantes económicos ou, mesmo, das mulheres que são dirigidas para o negócio do sexo. Neste campo, são de novo os movimentos de crianças que adquirem singularidade, por aí não se poder argumentar acerca de uma vontade própria.

A imigração brasileira para Portugal

Apesar da sua importância e longevidade, a imigração brasileira não tem sido estudada de forma sistemática em Portugal. A grande relação com a emigração portuguesa para o Brasil, expressa na ideia de “contracorrente”, que se reflectiu em muitos dos fluxos tradicionais dirigidos para Portugal, bem como uma aparente escassez de situações problemáticas relacionadas com este fluxo imigratório, explicam a sua pouca expressão na investigação científica nacional. Nos últimos anos, com o forte aumento da imigração brasileira, a situação tem vindo a alterar-se. A “segunda vaga” da imigração — noção constante de um estudo da Casa do Brasil de Lisboa (2004) — está hoje na base de uma maior profusão de trabalhos. Os estudos recentes são abundantes, embora seja possível argumentar que ainda não existe uma referência compreensiva sobre o tema. Entre os últimos estudos divulgados, podem nomear-se os mais abrangentes de Vianna (2003), Machado (2006) e Malheiros (no prelo), e os mais orientados tematicamente de Machado (2003 e 2005), Rossi (2004 e 2005), Villas-Bôas (2004), Padilla (2005a, 2005b e 2006), Téchio (2006a e 2006b) e Peixoto e Marques (2006).

Sabe-se, também, que Portugal não é o único destino dos imigrantes brasileiros contemporâneos. O número de brasileiros nos Estados Unidos da América (EUA) é o mais numeroso, seguido, a grande distância, pelo Japão e vários países europeus (Fernandes, 2006; Fusco, 2006). As razões específicas para a escolha de Portugal são várias: o conhecimento anterior sobre o país (a disponibilidade de informação condiciona largamente a escolha dos destinos migratórios); o papel das redes sociais (comunidades brasileiras já instaladas no país); a afinidade linguística; a expectativa de semelhança cultural (parcialmente defraudada à chegada — cf. Padilla, 2005a e 2005b); a melhoria da imagem de Portugal no Brasil depois dos anos 80, com a adesão à União Europeia (UE) (cf. Pinho, 2001); a ausência de vistos para os países da UE; as possibilidades de emprego; a expectativa de fácil legalização (reforçada com o “Acordo Lula”, celebrado em 2003); e o facto de Portugal poder funcionar como uma porta de entrada para a Europa.

Alguns números acerca do volume total dos imigrantes brasileiros com estatuto legal em Portugal encontram-se representados no quadro 1 e figura 1. Neles são utilizados dados sobre autorizações de residência, autorizações de permanência e vistos de longa duração, provenientes do SEF e publicados pelo INE. Observando a série de autorizações de residência (AR), notamos que o crescimento do número de brasileiros foi sempre significativo desde 1975: no global, a população brasileira aumentou de um pouco mais de 2. 800 indivíduos, em 1975, para cerca de 31. 500, em 2005, isto é, uma multiplicação por um factor superior a 10 neste período. Não existiram variações muito fortes de ritmo de evolução: os momentos de aceleração e as estabilizações são quase sempre episódicos, verificando-se alguma estabilidade de crescimento. O período compreendido entre a segunda metade dos anos 80 e a primeira metade dos anos 90 caracteriza-se, porém, por um crescimento relativo ligeiramente mais forte, o que resulta do impulso causado pela adesão à UE.

Uma fortíssima aceleração do número de imigrantes brasileiros sucede, porém, a partir do final dos anos 90, e é reflectida na concessão de autorizações de permanência (AP). Este estatuto foi concedido a imigrantes que viviam e trabalhavam em situação irregular no país, mas que puderam fazer prova da posse de contratos de trabalho. A concessão de AP em 2001 e anos posteriores reflecte, na verdade, entradas migratórias anteriores ou durante o ano de 2001: só foi possível a obtenção deste estatuto durante esse ano, sendo as concessões posteriores sobretudo o resultado de demoras burocráticas. Tomando esta série, notamos que o número de brasileiros em situação legal torna-se largamente superior ao que era anunciado pelos dados anteriores. Entre 2001 e 2004, são concedidas quase 38.000 AP a cidadãos brasileiros, valor que ultrapassa largamente o total de residências legais na mesma data (acerca da “segunda vaga” da imigração brasileira, vejam-se Casa do Brasil de Lisboa, 2004; Machado, 2005; Padilla, 2005a, 2005b e 2006; Téchio, 2006b).

A situação actual, relativa a 2005, é difícil de avaliar, devido à natureza dos dados estatísticos (ver quadro 1). Sabe-se que as AP foram concedidas por períodos de um ano, sendo obrigatória a sua prorrogação regular, com base em critérios idênticos à sua atribuição. Infelizmente, só estão disponíveis dados sobre as prorrogações totais em 2005, o que não permite medir a sua evolução anual (cf. INE,

Quadro 1 População com nacionalidade brasileira em Portugal, 2000 a 2005 (autorizações de residência, autorizações de permanência e vistos de longa duração)

Anos	Autorizações de residência (AR)	Autorizações de permanência (AP) (a)		Vistos de longa duração (VLD) prorrogados (b)				Total
		Concedidas (acumulado)	Prorrogadas	Trabalho	Estada temporária	Estudo	Total	
2000	22.202	-	-	-
2001	23.422	23.899	23.899	-
2002	24.762	11.373	35.272
2003	26.508	2.648	37.920
2004	28.732	31	37.951
2005	31.546	18.132	8.358	5.074	544	13.976
								63.654

Notas: (a) as AP foram concedidas, pela primeira vez, em 2001, sendo objecto de prorrogação anual (só estão disponíveis os valores das prorrogações em 2005);

(b) os valores dos vistos de longa duração referem-se às prorrogações ocorridas em 2005.

Fonte: INE, 2006, e SEF, www.sef.pt.

2006). Com base nestes valores podemos, porém, saber qual a proporção de todas as AP atribuídas que permaneceram válidas em 2005 — imediatamente antes de as primeiras a ser concedidas poderem ser transformadas em AR (situação prevista na lei). O valor indicado pelo SEF/INE é de cerca de 18. 100, isto é, perto de 48% do total inicial.⁴ Os restantes indivíduos terão abandonado o país ou caído de novo numa situação de irregularidade.

Ainda em 2005, o SEF e o INE publicam, pela primeira vez, dados sobre os vistos de longa duração prorrogados (cf. INE, 2006). Estes vistos, habitualmente válidos por um período até um ano, são uma outra componente da estada legal no país. Em 2005, foram prorrogados quase 14.000 vistos, sendo a maioria vistos de trabalho (perto de 8. 400), seguidos pelos de estada temporária (cerca de 5.100) e, a grande distância, pelos de estudo (menos de 600) (para detalhes sobre o conteúdo destes tipos de vistos, veja-se INE, 2006). Muitos dos vistos de trabalho prorrogados nesse ano correspondiam ao procedimento de legalização de imigrantes ao abrigo do chamado “Acordo Lula”. Sabe-se que o anúncio da possibilidade de legalização extraordinária concedida em 2003, quando da visita do Presidente Lula da Silva a Portugal, atraiu cerca de 30. 000 candidatos. O processo de legalização implicava a obtenção de vistos de trabalho, o que foi entretanto efectuado por uma fracção dos imigrantes envolvidos (que não é possível de determinar com rigor) a partir de 2004.

Adicionando os vários estatutos legais aqui descritos, verificamos que existiam quase 64. 000 brasileiros em Portugal, em 2005. Tudo indica que a população de nacionalidade brasileira a residir no país deva estar subavaliada por estes números. Os imigrantes irregulares devem ainda apresentar uma dimensão elevada. Observando o mercado de trabalho português, sabe-se que as situações de informalidade e irregularidade são endémicas, e que atingem particularmente a população de nacionalidade estrangeira (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999). Conhecendo a situação

4 O valor indicado pelo INE (2006) acerca do total de AP atribuídas entre 2001 e 2004 é de 37.765, ligeiramente diferente do indicado pelo SEF para o mesmo período, adoptado neste texto (37.951). Resulta desse facto uma ligeira diferença na proporção de AP que se mantiveram válidas.

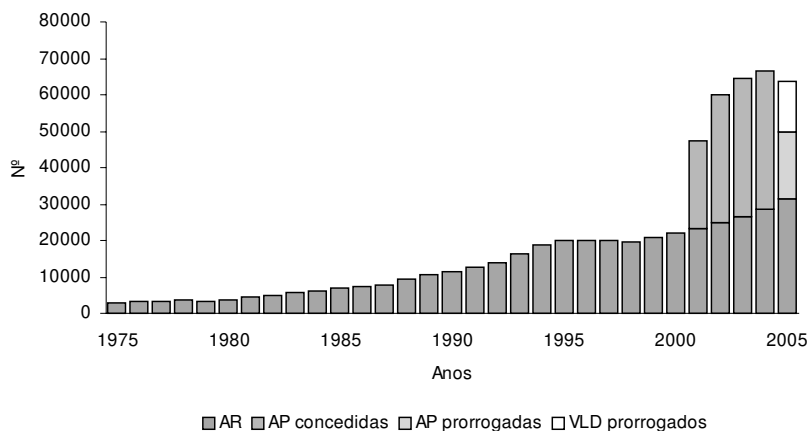


Figura 1 População com nacionalidade brasileira em Portugal, 1975 a 2005

dos imigrantes brasileiros, é possível que muitos ainda se encontrem nessa situação. A soma do valor dos residentes legais à fracção dos candidatos à regularização que ainda não obtiveram vistos de trabalho poderia, neste aspecto, chegar a um valor mais credível sobre a dimensão deste grupo. Estimativas anteriormente efectuadas com base no total das AR, AP e candidatos à regularização aproximavam-se, por exemplo, dos 100.000 indivíduos. Segundo outras fontes, o volume de brasileiros em Portugal pode atingir cerca de 250.000 indivíduos, como é admitido por instituições envolvidas no mercado de remessas financeiras para o Brasil. O grande aumento recente do montante de remessas permite, de facto, pensar que a realidade é claramente superior às estimativas oficiais (cf. Peixoto e Marques, 2006).

Contra a adopção de estimativas muito elevadas, deve ser tido em conta que muita da imigração brasileira em Portugal é temporária. Ao contrário da imigração para os EUA, onde as dificuldades de entrada inibem o regresso, a imigração brasileira para a Europa e para o Japão parece ser mais temporária, ou “rotativa”. Essa característica tem sido vincada para o caso da imigração em Portugal (Rossi, 2005). A possibilidade de muitos brasileiros permanecerem pouco tempo no país, avançando para outros destinos migratórios ou regressando ao Brasil no prazo de meses ou poucos anos, sugere que as estimativas acerca do seu volume não devem ser demasiado amplas.

Independentemente do volume envolvido, as características da migração oriunda do Brasil mudaram bastante nos últimos anos. A partir de alguns estudos recentes, sabe-se que a origem socioeconómica dos imigrantes actuais é significativamente mais baixa do que a daqueles que chegaram a Portugal até meados dos anos 90. A maior presença de profissionais qualificados na vaga de imigração tradicional contrasta com um maior volume de trabalhadores da construção, restauração e serviço doméstico nos últimos anos (Casa do Brasil de Lisboa, 2004; Peixoto e Figueiredo, no prelo). Mesmo se parte desta “desqualificação” tem a ver com o tipo de oferta de trabalho

predominante em Portugal nos últimos anos, uma vez que os níveis de qualificação académica dos brasileiros são ainda significativos, a sua origem social tende mais para as classes médias-baixas e trabalhadoras do que anteriormente (Padilla, 2006). Embora não exista, ainda, informação específica sobre o tema, podemos aceitar a hipótese que o alargamento da esfera de recrutamento de migrantes no Brasil levou ao envolvimento de um maior número de brasileiros sem contacto prévio com Portugal.

A escassez de redes informais de apoio entre alguns dos novos candidatos à emigração no Brasil, com base em familiares, amigos e conterrâneos já emigrados, a par da maior rigidez das políticas de imigração portuguesas, reflectidas num controlo mais rigoroso nas fronteiras aéreas, são factores que sugerem o maior recurso a redes organizadas de intermediação migratória, em particular as redes de “contrabando” ou auxílio à imigração ilegal. A dificuldade de controlo político das migrações em Portugal, que tem levado à sucessão de legalizações extraordinárias (ver Peixoto, 2002; Baganha, 2005), fornece um incentivo adicional aos migrantes e aos intermediários. Sabe-se, ainda, que redes de tráfico e contrabando de pessoas são muito activas no Brasil, em particular em regiões com grande tradição migratória. O alvo maioritário destas redes é os EUA, destino principal da emigração brasileira. Pode suceder, porém, que as maiores dificuldades de entrada nos EUA, posteriores a Setembro de 2001, tenham conduzido a uma viragem destas redes para destinos europeus, em particular os portugueses (Machado, 2005).

As redes de auxílio à imigração económica de brasileiros

A acção das redes organizadas de “contrabando” de imigrantes — ou, num sentido mais amplo, de auxílio à imigração ilegal —, bem como a incidência do tráfico de mulheres ligado à exploração sexual, do Brasil para Portugal, foi avaliada num projecto de investigação acerca do tema, desenvolvido recentemente pelo autor (Peixoto e outros, 2005). No que diz respeito a aspectos metodológicos, a grande maioria da informação recolhida foi de carácter “indirecto”: ela assentou na consulta a processos em tribunal, já concluídos ou em curso, onde aquele tipo de ilícito fosse referido; em várias entrevistas semiestruturadas conduzidas junto de autoridades governamentais e não governamentais relacionadas com o tema; e, finalmente, numa análise de imprensa. O carácter preliminar das conclusões obtidas foi repetidamente vincado; apenas a escassez de estudos mais aprofundados justifica a atenção dada a este tipo de evidência. O facto de nem sempre as redes organizadas serem desmanteladas e levadas a julgamento; o de nem toda a informação relevante ser apurada; o do discurso institucional ser “filtrado” pela percepção existente; e, naturalmente, o de não se ouvir o discurso directo dos agentes envolvidos (contrabandistas, traficantes e migrantes) — tudo explica o carácter provisório dos resultados (para maior aprofundamento da metodologia, cf. *id.*, *ibid.*: 132-141).

A base de informação sobre as redes organizadas de “contrabando” de imigrantes a partir do Brasil foi a consulta a quatro processos em tribunal, no período 1999-2002, onde o crime de “auxílio à imigração ilegal” era visível, e a realização de entrevistas a várias instituições. Um dos principais resultados da pesquisa foi o de

as redes em causa serem pouco estruturadas e de pequena dimensão. Em todos os casos, encontrou-se ligação entre alguns indivíduos agindo em Portugal e outros no Brasil, normalmente através de agências de viagens. Num dos casos, tratava-se de uma rede exclusivamente familiar, com pai (no Brasil) e filho (em Portugal) a apoiarem percursos irregulares de imigrantes. Os elementos das redes eram sobretudo brasileiros, embora se tivessem detectado alguns cidadãos portugueses. Não foi apurada informação significativa sobre a composição da rede no Brasil, incluindo o papel das agências de viagens. Em Portugal, porém, apuraram-se alguns dados: os elementos das redes foram, inicialmente, imigrantes económicos, não dispunham de antecedentes criminais e possuíam, muitas vezes, outro emprego. A baixa profissionalização destas redes também se reflectia na estrutura simples de contactos entre o líder da rede e alguns colaboradores. Uma das ideias que transparece é a de o “negócio” da imigração irregular se ter tornado atraente a alguns imigrantes como meio único ou complementar de subsistência, dados os proveitos e oportunidades envolvidos. Não foi encontrada ligação sistemática a outras actividades criminosas nesta área, como é o caso do tráfico de mulheres para exploração sexual. A única ligação encontrada a actividades ilícitas foi a da obtenção de documentos falsos (documentação necessária a uma estada legal ou passaportes portugueses falsos).

O modo de actuação das redes estudadas era simples. A oferta traduzia-se num “pacote” que incluía viagem, alojamento para os primeiros dias e promessa de emprego em Portugal. O contacto no Brasil era efectuado através de anúncios e reuniões posteriores, no caso das agências de viagens, ou contactos informais. O primeiro pagamento efectuado pelos potenciais migrantes incluía avião, alojamento para os primeiros dias e contacto em Portugal, que providenciaria alojamento e emprego (pagamento que rondava os 900-1000 USD, mais a comissão da agência). À chegada a Portugal, um segundo pagamento deveria ser efectuado ao elemento da rede local, necessário para o acesso ao emprego prometido e a alguns documentos (cartão de contribuinte e, eventualmente, passe social para transportes) (valores que oscilavam entre os 100 e 700 USD). O modo de entrada em Portugal era variável, mas, cada vez mais, era preferida a fronteira aérea de Paris ou Madrid, em lugar da de Lisboa, onde se sabe que o controlo dos passageiros brasileiros é mais rigoroso.⁵ Posteriormente, o acesso a Portugal era efectuado por via terrestre, usufruindo das vantagens de circulação no interior do espaço Schengen.

O grau de eficácia das promessas feitas à partida pareceu ser sempre reduzido. O alojamento era, normalmente, fornecido. O emprego, porém, ou não era providenciado (o elemento da rede local não voltava a contactar o imigrante) ou era diferente do esperado. O grau relativamente organizado destas redes no Brasil era demonstrado pela existência de uma lista de potenciais empregos que o imigrante poderia desempenhar em Portugal; o desfazamento entre a promessa e a realidade era, no entanto, elevado. O modo concreto como o emprego era encontrado revelava a

5 Esta estratégia é igualmente adoptada pelos imigrantes que recorrem ao apoio de redes sociais informais (cf. Padilla, 2006).

natureza semiestruturada destas redes. O líder da rede local procurava anúncios de emprego nos jornais, para depois os indicar aos imigrantes, ou estabelecia contactos regulares com empregadores. Mesmo quando o emprego indicado não correspondia ao esperado, não existia devolução do pagamento. O normal era, aliás, que o elemento da rede local não contactasse muito com o imigrante, deixando-o à sua sorte pouco depois da chegada. A rápida inserção dos novos imigrantes nas redes sociais informais já instaladas no país, para além da sua relativa facilidade de adaptação (devido, entre outros factores, à semelhança linguística), levava também a este processo.

O carácter mais sofisticado de algumas destas redes revelava-se em alguns indícios de actuação transnacional. Em alguns dos casos analisados foi referido o interesse dos imigrantes em utilizarem Portugal apenas como primeira etapa migratória, havendo depois saída para Inglaterra ou para os EUA. Nesses casos, parecia ser função dos contactos locais a obtenção de documentação adequada, sobretudo passaportes portugueses falsos. Para além da ligação a redes de falsificação, o que mais importa salientar é a possibilidade de existência de redes transnacionais mais amplas, envolvendo o Brasil e vários países de destino, europeus e norte-americanos.

Em qualquer caso, um resultado importante da pesquisa é o de que as redes em causa actuam no “contrabando” de imigrantes, ou auxílio à imigração ilegal (*smuggling*), sem recurso a procedimentos que o poderão aproximar do tráfico. Indícios de exploração, coacção e fraude não foram encontrados de forma sistemática, não havendo qualquer ligação a trabalhos forçados. Existe, apenas, a esperada inflação dos preços e promessas não concretizadas de determinados empregos. Em todos os casos assiste-se a uma interacção curta entre as redes de “contrabando” e os imigrantes — alguns contactos no Brasil e poucos contactos à chegada. As redes completam a sua função, assim, no auxílio à transposição das fronteiras internacionais. Neste sentido, é possível que se possa confirmar neste contexto a valorização social destas redes, já detectada em várias outras situações (Koser, 2006). Devido à dificuldade da migração internacional, a acção das redes pode ser abertamente procurada e bem aceite pelas populações locais, que as integram socialmente no seu seio. À chegada, alguns dos migrantes podem ser, mais do que vítimas indefesas, clientes satisfeitos com a transacção realizada. Apenas pesquisas efectuadas directamente no Brasil e, posteriormente, junto dos imigrantes em Portugal poderão confirmar esta asserção.

O projecto detectou, finalmente, informação acerca do perfil habitual dos imigrantes “contrabandeados”. Não sem surpresa, foi encontrado um perfil típico do imigrante económico habitual — sobretudo homens, em idade adulta jovem. Foram assinaladas, ainda, diversas regiões de origem no Brasil, incluindo aquelas cuja pressão migratória se sabe ser maior e onde a acção das redes de tráfico está mais bem organizada, como sucede com Minas Gerais (Machado, 2005). Da evidência consultada, transpareceu ainda o escasso contacto prévio destes imigrantes com a sociedade portuguesa. É, assim, possível a confirmação da hipótese atrás adiantada: apenas uma fracção reduzida da população brasileira deve recorrer a redes deste tipo para migrar para Portugal; indivíduos que disponham de contactos prévios no país recorrerão, com maior probabilidade, à acção das redes informais — mecanismo mais

fidedigno e, em alguns contextos, efectivo da potenciação das migrações (sobre o papel das redes sociais informais na imigração brasileira, ver Padilla, 2006).

Em síntese, parte significativa dos novos fluxos dirigidos a Portugal desde o final dos anos 90 e, em particular, nos primeiros anos do novo século, deve ter estado envolvida, de algum modo, com redes organizadas de “contrabando” de imigrantes, ou de auxílio à imigração irregular. O alargamento da base de recrutamento da migração, a maior escassez de redes informais de suporte em Portugal e o rigor crescente do controle político sobre as migrações, têm levado provavelmente a uma intensificação da acção destas redes. Como referido, apenas uma investigação mais exaustiva, conduzida tanto em Portugal como no Brasil, poderá avaliar de modo mais seguro os seus contornos.

O tráfico de mulheres brasileiras

A existência de um numeroso grupo de mulheres brasileiras ligadas ao negócio do sexo e entretenimento (sobre este conceito, ver Okólski, 2001, entre outros) em Portugal é hoje largamente conhecida. A visibilidade pública da prostituição, ou de outras actividades relacionadas com aquele negócio, exercidas por mulheres estrangeiras sempre foi elevada, mas aumentou devido ao papel dos meios de comunicação social. Um dos casos marcantes foi a publicação, por uma revista de grande circulação norte-americana, de uma reportagem acerca de mulheres brasileiras numa região periférica do interior de Portugal (*Time Magazine*, 2003). Essa reportagem, que teve honras de primeira página, aludia à entrada de mulheres brasileiras naquela região portuguesa, para exercerem actividades ligadas ao sexo, e à desestabilização posterior do tecido social. O texto aludia ao “novo bairro de prostitutas da Europa” e à reacção das mulheres locais, que desencadearam um movimento público de protesto. O caso, que se tornou conhecido como o das “mães de Bragança”, despertou o debate público sobre o tema e reforçou o controlo policial sobre estas actividades.

Independentemente da discussão pública, é certo que o aumento de mulheres estrangeiras, sobretudo brasileiras, ligadas ao negócio do sexo e entretenimento levou a uma revitalização deste sector e à sua forte expansão. Esta mudança, que datou de meados dos anos 90, possuiu uma ampla tradução territorial. Para além da actividade nas grandes cidades, foram também múltiplas cidades de reduzida dimensão — incluindo Bragança — que assistiram à expansão do sector, que se tornou um dos mais dinâmicos das economias locais. Num certo sentido, a oferta e a procura convergiram para dar origem a movimentos migratórios: como tem sido assinalado em vários estudos, é a existência de um consumo importante de actividades ligadas ao sexo, por parte das populações locais, que favorece a expansão de redes internacionais de angariação de mulheres (Anderson e Davidson, 2003).

No caso português, a ligação das mulheres brasileiras ao negócio do sexo e entretenimento, bem como o papel das redes de apoio à sua entrada neste mercado, são ainda mal conhecidos. Alguns estudos onde se refere a inserção das brasileiras

neste sector são os de Ribeiro e outros (2005) e Téchio (2006a). Estudos sobre o circuito completo do tráfico são raros, embora a pesquisa de Ribeiro e outros (2005) contenha alguns elementos sobre a ligação das redes ao Brasil. Alguns trabalhos efectuados no Brasil confirmam também a rota portuguesa como uma das mais activas no tráfico internacional de mulheres (Leal e Leal, 2002; Piscitelli, 2006). A dimensão quantitativa deste movimento é ignorada. Porém, qualquer que seja o seu volume, a difusão de estereótipos negativos sobre as mulheres brasileiras tem influenciado a integração de outras imigrantes desta nacionalidade. Embora a larga maioria da imigração feminina oriunda do Brasil nada tenha a ver com o negócio do sexo, tem sido argumentado que os estereótipos negativos ligados a esta actividade constituem uma barreira objectiva à sua melhor integração no mercado de trabalho e sociedade portuguesa (Padilla, 2005a).

No projecto de investigação acima mencionado foram apurados alguns resultados acerca do tráfico de mulheres para exploração sexual a partir do Brasil (Peixoto e outros, 2005). Tendo em conta as condicionantes metodológicas acima referidas, estes resultados devem ser entendidos como preliminares, dada a natureza indirecta e incompleta da informação recolhida. A base de informação disponível foi a consulta de sete processos em tribunal, onde era mencionado o tráfico de mulheres ou actividades relacionadas, decorridos entre 1993 e 2002, a realização de entrevistas a instituições governamentais e não governamentais e a análise de imprensa.

Uma das principais conclusões do projecto foi acerca da escassa estruturação e pequena dimensão das redes encontradas. Trata-se de conjuntos de poucos indivíduos (nos casos estudados de 3 a 8 pessoas), organizados de modo informal; isto é, num certo sentido, trata-se de redes quase “artesaniais”. Os elementos das redes eram sobretudo portugueses, com relevo para proprietários de actividades ligadas ao negócio do sexo e entretenimento (casas de alterne, bares, etc.). Porém, existiam sempre brasileiros, sobretudo com a função de angariação e recrutamento de mulheres no Brasil. Muitos destes elementos eram mulheres, tanto portuguesas (proprietárias de bares ou de apartamentos) como, sobretudo, brasileiras. Estas últimas, que exerciam o papel de angariadoras, podiam possuir ou não experiência prévia anterior neste negócio. Em alguns dos casos, existiu também menção a agências de viagens no Brasil.

Uma das principais evidências consiste, assim, no envolvimento activo de indivíduos com um interesse económico directo no negócio do sexo: proprietários de estabelecimentos que procuram recrutar mulheres para esta actividade. Nos casos estudados, e a partir de outras fontes, sabe-se que a entrada de mulheres brasileiras raramente se destina a prostituição de rua. O que se refere é a sua ligação a casas de alterne ou estabelecimentos congéneres, onde a prática da prostituição pode ou não ser controlada pelos proprietários. A existência de prostituição praticada em apartamentos também é muitas vezes referida. Nos casos estudados, existiu menção a antecedentes criminais de alguns dos elementos das redes (incluindo o tráfico de droga). Em qualquer caso, o surgimento das redes pareceu ser sempre bastante informal: por exemplo, um conjunto de indivíduos que se conhecem num bar e, juntamente com uma mulher brasileira, decidem explorar este negócio migratório.

Alguns dados sobre o modo de actuação das redes foram encontrados de forma recorrente. Os contactos com as mulheres no Brasil eram efectuados, normalmente, por via informal, através de conhecimento pessoal ou, mesmo, redes familiares (mulheres em Portugal que contactavam familiares na origem). Em alguns casos, foi detectada a existência de anúncios publicados por agências de viagens. Nestas várias situações, era prometido um emprego em Portugal. O grau de fraude nestes contactos é difícil de avaliar. Parece existir, por vezes, menção a actividades ligadas ao negócio do sexo, incluindo prostituição, mas noutros casos tal não se verifica, existindo referência a empregos não relacionados com esta área.

O “pacote” oferecido às imigrantes na origem inclui viagem, dinheiro para apresentar na fronteira (para provar a natureza “turística” da deslocação) e o contacto de alguém que as vai esperar no destino. A natureza singular destes movimentos, em relação a outras formas de migração de trabalho, revela-se no facto de, em praticamente todos os casos, o dinheiro pago pelas imigrantes ser emprestado por elementos da rede, constituindo uma dívida que deverá ser paga em Portugal. Paralelamente aos pagamentos, são dadas indicações acerca do modo como as imigrantes se devem comportar nas fronteiras europeias — viagem em pequenos grupos, vestuário e comportamento discretos. Quanto a rotas de viagem, a entrada pelos aeroportos de Madrid, Paris e Milão é favorecida de forma crescente, devido ao maior rigor da fronteira de Lisboa em relação aos brasileiros; depois, o acesso é efectuado por via terrestre. Em Portugal (ou no país de chegada), o elemento de contacto recebe-as e coloca-as nos apartamentos ou no local de trabalho.

Tal como sucede com o grau de engano no contacto inicial, também o grau de exploração e o modo de remuneração destas mulheres parece ser variável. Na generalidade dos casos, e sempre que o emprego é oferecido em casas de alterne, a remuneração é efectuada em função do consumo dos clientes, sendo uma determinada percentagem atribuída às mulheres. A prática de prostituição apresenta contornos menos claros. Em alguns casos, ela fica ao critério e para vantagem exclusiva da mulher. Porém, muitas vezes ela tem que pagar o quarto a um elemento da rede, o que permite uma vantagem económica indirecta desta actividade. Noutros casos, a prática de prostituição implica o pagamento de uma percentagem para um elemento da rede. Podemos admitir, como hipótese, que os elementos da rede atribuem alguma liberdade de actuação às mulheres, neste campo, devido à moldura penal existente em relação a estas actividades. Em Portugal, a prática da prostituição não é crime, mas o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e o lenocínio são. Pode acontecer que a rede prefira um envolvimento directo apenas no auxílio à imigração ilegal, de forma a não correr o risco de condenações elevadas (sobre a legislação nesta área, ver Peixoto e outros, 2005: 69-103).

O grau de violência e controlo exercido sobre as mulheres, um outro factor importante na realidade do tráfico, parece também variável. No período após a chegada, sobretudo enquanto ainda não foi efectuado o pagamento da dívida inicial, pode existir restrição significativa dos movimentos das mulheres, incluindo a retenção do bilhete de avião e passaporte. Porém, depois do pagamento da dívida, existe uma aparente maioria de casos de liberdade de movimento por parte das

imigrantes. O interesse em garantir a circulação das mulheres, para além do receio de fiscalizações sobre a sua situação legal, pode estimular esta atitude por parte dos elementos das redes. Não foram encontrados, assim, casos de aprisionamento nem transmissão coerciva das mulheres para outros estabelecimentos. A pouca organização das redes pode, também, explicar a reduzida coacção. Casos de dependência e medo por parte das mulheres foram, porém, várias vezes referidos. A par da existência de alguma coacção, a débil integração destas imigrantes na sociedade de destino prejudica os seus movimentos. Não por acaso, os casos de maior restrição de liberdade foram encontrados em zonas interiores de Portugal, onde as mulheres podem viver quase sem contacto com a sociedade local.

Apesar de os casos de exploração, violência e engano extremos não serem abundantes (o que é confirmado em Ribeiro e outros, 2005), a condição particular das mulheres recrutadas fornece base para se tratarem estes movimentos como parte da realidade do tráfico internacional para exploração sexual (acerca da variedade de situações existente neste âmbito, ver Campani, 2000). Os dados apurados no projecto revelam que as mulheres provêm de estratos socioeconómicos baixos, sendo muitas vezes oriundas de regiões periféricas do Brasil (Nordeste e Goiás, por exemplo). Alguns casos de mães solteiras foram detectados. A grande vulnerabilidade e carência económica destas imigrantes ressaltam imediatamente (ver, também, Ribeiro e outros, 2005). Algumas destas mulheres, como foi referido, já tinham contacto anterior com o negócio do sexo, mas tal não acontecia noutros casos. O aliciamento pode, em qualquer caso, resultar das reduzidas alternativas de melhoria local das condições de vida e dos elevados rendimentos que se podem auferir em pouco tempo nesta actividade.

A ligação deste movimento à imigração económica deve ser, de qualquer modo, realçada. Antes de mais, o negócio do sexo não é mais do que um sector normalmente não regulamentado, e bastante precário, do mercado de trabalho (Agustín, 2006). A sua lógica de recrutamento não é completamente distinta da de outros sectores económicos, embora a procura activa por parte dos empregadores sugira os seus maiores ganhos relativos. Para além disso, tal como apurado em outros estudos sobre o tema (Téchio, 2006a), os comportamentos de muitas destas mulheres são equivalentes aos de quaisquer outros imigrantes económicos. Existe uma estratégia de melhoria de vida, que não pode ser atingida na sociedade de origem, e são mantidos contactos familiares transnacionais. O envio de remessas financeiras regulares por parte destas mulheres e, ao mesmo tempo, a manutenção de silêncio sobre as actividades efectivamente exercidas em Portugal, indiciam um projecto económico e uma vida familiar de âmbito transnacional, apenas com a ressalva de este projecto se situar numa actividade profissional socialmente desvalorizada — e por isso silenciada.

Para além de se apoiarem na vulnerabilidade destas mulheres, e de prosseguirem interesses económicos muito claros, as redes de tráfico do Brasil para Portugal apresentam, ainda, alguns sinais de sofisticação crescente. Indícios de uma organização mais complexa ocorrem quando existe rotação de mulheres em Portugal, ou com actividades congéneres em Espanha. Esta rotação, mesmo quando acontece com consentimento das mulheres, sugere uma coordenação alargada de

movimentos. A possível articulação de várias redes de tráfico, em contexto transnacional, bem como a profissionalização crescente destas estruturas, carecem de estudo mais aprofundado, tanto no Brasil e em Portugal como noutros países.

Conclusão

O volume da imigração brasileira para Portugal acentuou-se muito fortemente a partir do final dos anos 90. A conjugação da pressão migratória para a saída com possibilidades concretas de entrada, devido à dinâmica do mercado de trabalho; a existência de um sólido sistema migratório ligando Portugal ao Brasil; e várias possibilidades de legalização em Portugal — são alguns factores que explicam o muito forte aumento da imigração. O facto de não ser necessário visto para acesso à UE facilita o processo de entrada, havendo apenas irregularidade quando a estada se prolonga ou se obtém emprego. Parece claro que a larga maioria dos imigrantes tem permanecido de início no país de forma irregular, eventualmente na esperança de obtenção de estatuto legal. Pode também suceder que a existência de projectos de imigração temporária leve ao objectivo principal de maximização de rendimentos no curto prazo, tornando-se menos relevante o estatuto legal.

Os vários factores que explicam a pressão à saída e a atracção imigratória em Portugal, quando conjugados com a política de imigração restritiva, levam ao desenvolvimento de redes organizadas de “contrabando” de migrantes. Devido, em parte, à existência de menos suportes sociais informais entre os potenciais migrantes e, noutra parte, à escassez de canais legais de imigração, compreende-se que uma fracção significativa (mas, provavelmente, reduzida) da imigração brasileira recorra a redes organizadas para entrar em Portugal. A partir da pouca bibliografia disponível e da evidência encontrada no projecto de investigação que esteve na base deste texto, sabe-se que muitas das redes são pouco estruturadas e de reduzida dimensão. A sua actuação incide no apoio à passagem da fronteira e à obtenção de emprego por parte dos imigrantes. Na maioria dos casos de imigração económica, a natureza mais próxima do “contrabando” do que do tráfico revela-se nos graus relativamente baixos de exploração, coacção e fraude exercidos. Tipicamente, a interacção com os imigrantes é breve. A baixa profissionalização explica, mais do que outros factores, o carácter muitas vezes pouco efectivo das promessas originais. Em qualquer caso, a acção destas redes parece ser abertamente procurada e socialmente tolerada no país de origem. Em Portugal, a existência de empregadores responsáveis pela contratação de mão-de-obra indocumentada explica também o interesse objectivo neste tipo de fluxos. A presença de uma vasta comunidade brasileira, gerando redes sociais informais de suporte aos imigrantes, explica tanto o baixo recurso a redes organizadas como a rápida inserção dos recém-chegados nestes meios (com o correspondente afastamento dos grupos organizados).

A situação da imigração destinada ao negócio do sexo e entretenimento é particular. Em vários pontos, existe sobreposição com a imigração económica habitual. Trata-se de mulheres provenientes de estratos socioeconómicos baixos que podem não encontrar alternativa de mobilidade social ascendente no Brasil. A entrada nas

actividades do negócio do sexo revela-se possível devido à sua elevada procura nas sociedades de destino, incluindo Portugal. Os rendimentos auferidos no curto prazo são um aliciente adicional para este percurso, que permite por vezes compensar a degradação de estatuto social correspondente.

O aproveitamento da vulnerabilidade das mulheres recrutadas para estas actividades, a par da realização de interesses económicos bem determinados, explica o carácter não inocente das redes de tráfico de mulheres. É certo que situações sistémicas de exploração, fraude e coacção, habituais em muitos dos percursos de mulheres estrangeiras para o negócio do sexo, parecem ocorrer em grau limitado no caso português. Foram encontrados casos de engano inicial e controlo posterior dos movimentos mas, também, situações de livre escolha e liberdade de actuação por parte das mulheres. A exploração sexual, mesmo indirecta, preside porém à actividade destas redes. Ainda que não existam proveitos directos com a prostituição, o recrutamento de mulheres para actividades relacionadas com o sexo permite obter proveitos económicos elevados, num sector onde a principal qualificação de entrada, para as imigrantes, é a exibição do próprio corpo.

Para além do enquadramento frequente numa lógica de imigração económica, deve ser salientado que outro ponto comum entre o “contrabando” de imigrantes e o tráfico de mulheres para o negócio do sexo é a colocação de muitos dos imigrantes num contexto de elevada exploração laboral (Pereira, 2006). Um dos aspectos recorrentes de muitos fluxos migratórios internacionais, na actualidade, é precisamente o fornecimento de mão-de-obra com características precárias a vários tipos de sectores. Situações de baixos rendimentos salariais (em relação à média da sociedade de destino), ausência de contrato e de perspectivas de carreira, deficientes condições de trabalho e de segurança são comuns entre muitos imigrantes. Os imigrantes irregulares preenchem assim um segmento importante do tecido económico, mesmo que para tal tenham de abdicar de múltiplos direitos ou, até mesmo, de uma existência social — como sobretudo acontece no caso do negócio do sexo.

Comparando a acção das redes de contrabando e tráfico de migrantes do Brasil para Portugal com a de grupos que actuam noutros contextos, os seus contornos parecem relativamente mais difusos. No caso do contrabando, a existência de múltiplos contactos informais em Portugal, com base em familiares, amigos e conterrâneos; a relativa facilidade de entrada no espaço europeu, devido à ausência de vistos; e a rápida inserção dos novos imigrantes nos meios informais de brasileiros — explicam o carácter menos saliente dos grupos organizados em relação a outros meios. No caso do tráfico, a escassa organização das redes; a existência de variabilidade nos graus de exploração, fraude e coacção; e a ligação de alguns dos movimentos a uma lógica de imigração económica — sugerem também algumas vertentes menos severas do que as frequentemente detectadas para o tráfico internacional de mulheres.

Adoptando um ponto de vista normativo, é clara a necessidade de combate a situações de “contrabando” de imigrantes, bem como tráfico de mulheres para exploração sexual. Por detrás da grande maioria destes movimentos, por parte dos imigrantes, estão propósitos individuais e familiares de melhoria das condições de vida. Por razões que se prendem com o actual modelo de desenvolvimento do Brasil e de Portugal, a conjuntura é favorável à migração no sentido inverso da corrente histórica

tradicional. A vontade de sair encontra correspondência directa na vontade de empregar imigrantes, uma vez que a maioria dos irregulares encontra trabalho com relativa facilidade. O pendor restritivo das actuais políticas de imigração em Portugal torna mais problemáticos os fluxos, o que é reforçado pelas obrigações que o país assumiu no quadro da UE. Este novo contexto leva a uma menor autonomia das redes informais de suporte aos migrantes e a um peso acrescido das redes organizadas.

Neste sentido, os principais factores explicativos destes movimentos parecem ser a ausência de canais legais de imigração, bem como a possibilidade de utilizar trabalho em condições precárias, normalmente na economia informal. Estas condições são terreno fértil para que se estabeleçam redes organizadas de intermediação de fluxos irregulares. Como sucede em situações congêneras, a acção dos intermediários — contrabandistas e traficantes — pode surgir como resposta a propósitos nobres de melhoria das condições de vida. Tudo indica que apenas o acesso a mobilidade social na origem, a existência de canais legais de imigração e a impossibilidade de exploração laboral extrema poderão eliminar radicalmente a acção destes agentes. Do ponto de vista dos direitos humanos, é possível também afirmar que apenas estes factores poderão tornar legítimo o combate ao tráfico e ao “contrabando” de imigrantes.

Referências bibliográficas

- Agustín, Laura (2006), “The disappearing of a migration category: migrants who sell sex”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (1), pp. 29-47.
- Anderson, Bridget, e Julia Davidson (2003), *Is Trafficking in Human Beings Demand Driven? A Multi-Country Pilot Study*, Genebra, IOM.
- Aronowitz, A. A. (2001), “Smuggling and trafficking in human beings: the phenomenon, the markets that drive it and the organizations that promote it”, *European Journal on Criminal Policy and Research*, 9 (2), pp. 163-195.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge M. Malheiros (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, 34 (150), pp. 147-173.
- Baganha, Maria Ioannis (2005), “Política de imigração: a regulação dos fluxos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, pp. 29-44.
- Campani, G. (2000), “Immigrant women in Southern Europe: social exclusion, domestic work and prostitution in Italy”, em R. King, G. Lazaridis e C. Tsardanidis (orgs.), *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Londres, Macmillan, pp. 145-169.
- Casa do Brasil de Lisboa (2004), *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*, Lisboa, Casa do Brasil de Lisboa.
- Fernandes, Duval (2006), “Migração internacional — O caso brasileiro no contexto mundial no início do século XXI”, comunicação à *Jornada de Demografia de Língua Portuguesa, AIDELF/APD, Aveiro, 18 de Setembro de 2006*.
- Fusco, Wilson (2006), “The role of international migration in Brazil”, comunicação à conferência *Migration and the Lusophone World*, Washington, EUA, 17-18 de Novembro de 2006.
- Instituto Nacional de Estatística (2006), “População estrangeira em Portugal: 2005”, *Destaque*, 15 de Dezembro de 2006.

- Koser, Khalid (2006), "Human smuggling: theoretical and empirical perspectives from Pakistan, Afghanistan and the UK", comunicação à conferência *Mobility, Ethnicity and Society*, University of Bristol / University College London, Bristol, Reino Unido, 16-17 de Março de 2006.
- Kyle, David, e Rey Koslowski (orgs.) (2001), *Global Human Smuggling: Comparative Perspectives*, Baltimore, The John Hopkins University Press.
- Leal, Maria Fátima, e Maria Lúcia Leal (2002), *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil*, Brasília, CECREA.
- Machado, Igor (2003), *Cárcere Público: Processos de Exotização do Imigrante Brasileiro em Portugal*, tese de doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.
- Machado, Igor (2005), "Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal", *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 3/05.
- Machado, Igor (org.) (2006), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFSCar, Editora da Universidade Federal de São Carlos.
- Malheiros, Jorge M. (org.) (no prelo), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração.
- Okólski, Marek (2001), "Trafficking in women in the Baltic States: sociological module", em International Organization for Migration (IOM), *Trafficking in Women and Prostitution in the Baltic States. Social and Legal Aspects*, Genebra, IOM, pp. 95-154.
- Padilla, Beatriz (2005a), "Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: problems and possibilities", *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 1/05.
- Padilla, Beatriz (2005b), "Redes sociais de brasileiros recién llegados a Portugal: solidariedad étnica o empatía étnica" *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 2/05.
- Padilla, Beatriz (2006), "Brazilian migration to Portugal: social networks and ethnic solidarity", *CIES e-Working Paper*, Lisboa, ISCTE, 12/2006.
- Peixoto, João (2002), "Strong market and weak state: the case of foreign immigration in Portugal", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (3), pp. 483-497.
- Peixoto, João, e Alexandra Figueiredo (no prelo), "Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal", a publicar em Jorge M. Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração.
- Peixoto, João, António Goucha Soares, Paulo Costa, Susana Murteira, Sónia Pereira, e Catarina Sabino (2005), *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração.
- Peixoto, João, e António Vasco Marques (2006), *Análise do Mercado de Remessas Portugal/Brasil*, Lisboa, CESO/CI.
- Pereira, Sónia (2006), "Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado: tráfico de imigrantes em Portugal", comunicação ao seminário *Combate ao Tráfico de Seres Humanos e ao Trabalho Forçado na Europa. O Caso de Portugal*, OIT/MTSS-DGEEP, Lisboa, 16 de Maio de 2006.
- Pinho, Ana Filipa Antunes (2001), *Migrações e Processos Comunicacionais. O Caso dos Brasileiros em Portugal*, dissertação de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa, ISCTE.
- Piscitelli, Adriana (2006), "Brasileiras, migração e indústria do sexo", comunicação ao I Seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal, SEF/MAI, Cascais, 22-24 de Maio de 2006.

- Ribeiro, Manuela, e outros (2005), *Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira do Interior Norte de Portugal: Actores, Práticas e Processos*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade do Minho, Universidade da Beira Interior, policopiado.
- Rossi, Pedro Linhares (2004), "Remessas de imigrantes brasileiros em Portugal", *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 10/04.
- Rossi, Pedro Linhares (2005), *Remessas de Emigrantes: Pesquisa com Brasileiros em Portugal*, monografia de bacharelado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia.
- Salt, John (2000), "Trafficking and human smuggling: a European perspective", *International Migration*, 38 (3), pp. 31-56.
- Salt, John, e Jeremy Stein (1997), "Migration as a business: the case of trafficking", *International Migration*, 35 (4), pp. 467-494.
- Téchio, Kachia (2006a), "Conhecimentos de alterne: a outra diáspora das imigrantes brasileiras", *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 2/06.
- Téchio, Kachia (2006b), "Imigrantes brasileiros não documentados: Uma análise comparativa entre Lisboa e Madrid", *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 1/06.
- Time Magazine*, "When the meninas came to town", 12 de Outubro de 2003.
- Vianna, Carlos (2003), *A Comunidade Brasileira em Portugal*, policopiado.
- Villas-Bôas, Maria Xavier (2004), *Redescobindo o Brasil. Processos Identitários de Brasileiros em Portugal*, dissertação de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa, ISCTE.

João Peixoto, sociólogo, é professor associado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Investigador no SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações), da mesma instituição. *E-mail*: jpeixoto@iseg.utl.pt

Resumo/abstract/résumé/resumen

Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal

Neste texto são apresentados alguns problemas conceptuais sobre "tráfico" e "contrabando" de migrantes, dados sobre a imigração brasileira recente e elementos sobre a actuação das redes organizadas de contrabando de migrantes e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual do Brasil para Portugal. O aumento de importância das redes organizadas e o fortalecimento dos negócios relacionados com a indústria do sexo estão entre as principais conclusões. O apoio em redes sociais informais e graus variáveis de exploração, fraude e coacção tornam, porém, relativamente difusos os contornos do contrabando e tráfico de migrantes do Brasil para Portugal.

Palavras-chave imigração brasileira, Portugal, tráfico, auxílio à imigração ilegal.

Trafficking, smuggling and irregular immigration: the new contours of Brazilian immigration in Portugal

This paper discusses some conceptual issues on the trafficking and smuggling of migrants, and presents evidence on recent Brazilian immigration, the smuggling of immigrants by organized networks and the trafficking of women for sexual exploitation from Brazil to Portugal. The growing importance of organized networks and the strengthening of sex industry-related business are among the main conclusions. However, the role of informal social networks and the variable degrees of exploitation, fraud and coercion have a blurring effect on the contours of migrants' smuggling and trafficking from Brazil to Portugal.

Key-words Brazilian immigration, Portugal, trafficking, smuggling.

Traite, trafic illicite et migration irrégulière: les nouveaux contours de l'immigration brésilienne au Portugal

Cet article présente quelques problèmes conceptuels sur la traite et le trafic illicite des migrants, des données sur l'immigration brésilienne récente et des éléments sur l'action des réseaux organisés de trafic d'immigrés et de traite des femmes pour leur exploitation sexuelle du Brésil vers le Portugal. L'importance croissante des réseaux organisés et l'accroissement des affaires liées à l'industrie du sexe figurent parmi les principales conclusions. Le soutien des réseaux sociaux informels et les degrés variables d'exploitation, de fraude et de contrainte rendent cependant relativement flous les contours du trafic et de la traite de migrants du Brésil vers le Portugal.

Mots-clés immigration brésilienne, Portugal, traite, trafic illicite de migrants.

Trata, contrabando e inmigración irregular: los nuevos contornos de la inmigración brasileña en Portugal

En este texto se presentan algunos problemas conceptuales sobre trata y contrabando de migrantes, datos sobre la inmigración brasileña reciente y elementos sobre la actuación de las redes organizadas de contrabando de inmigrantes y de trata de mujeres cuyo fin es la explotación sexual, de Brasil para Portugal. El aumento de importancia de las redes organizadas y el fortalecimiento de los negocios relacionados con la industria del sexo están entre las principales conclusiones. El apoyo en redes sociales informales y grados variables de explotación, fraude y coerción vuelven, con todo, relativamente difusos los contornos del contrabando y trata de migrantes desde Brasil para Portugal.

Palabras-clave inmigración brasileña, Portugal, trata, contrabando de migrantes.